

Editorial

O volume quinto, número um do ano de 2014 da Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: *A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Tributário; Genocídio no Camboja, a Instalação de um Tribunal Penal Internacional Inócuo e a Preservação da Memória; A Política Nacional dos Resíduos Sólidos como Decorrência do Processo Histórico Industrial e Urbano Brasileiro; O Período da Diplomacia no Ar e a Segurança de Voo no Sistema de Aviação Civil; e O Ato Constitutivo e o Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada* artigos estes elaborados por convidados e pelo corpo docente da Fac São Roque.

O periódico apresenta também artigos elaborados pelo corpo docente sob a orientação de professores, são eles: *A Responsabilidade Civil e a Cumulação de Indenização por Dano Estético e Dano Moral; O Direito de Indenização da Vítima de Erro Médico na Cirurgia Plástica; Da Impossibilidade do Trabalho Infantil e os Mecanismos Jurídicos de Coibir esta Prática no Brasil; A Efetividade do Processo de Execução Cível através da Penhora “On-line” de Bens Imóveis; Redesignação do Prenome Civil, a Cirurgia de Mudança de Sexo e a Efetividade do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; Compras de Tecnologia através de Pregão Eletrônico; e Aspectos Jurídicos Relevantes e Atuais Referentes a Embriagues ao Volante.*

No primeiro texto dos trabalhos do corpo docente, *A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Tributário*, nosso convidado especial Doutor Cristiano Luiz Alves Cecheto diz que A Administração Pública através do Direito Tributário precisa de mecanismos legais e eficientes para a efetiva garantia do crédito tributário e o seu adimplemento. Conclui que a aplicação da teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica pode ser o último recurso para que se efetive essa garantia.

O segundo artigo apresenta *Genocídio no Camboja, a Instalação de um Tribunal Penal Internacional Inócuo e a Preservação da Memória* pesquisa

realizada pelo Prof. Mestre Fernando Silveira Melo Plentz Miranda. Este estudo tem por objetivo examinar os motivos que motivaram a ascensão do poder no Camboja do grupo denominado Khmer Vermelho, genocídio ocorrido em território cambojano no período do Kampuchea Democrático, como também a instalação do Tribunal Penal Internacional no Camboja.

Em seguida o Prof. Mestre Fernando Silveira Melo Plentz Miranda escreve sobre *A Política Nacional dos Resíduos Sólidos como Decorrência do Processo Histórico Industrial e Urbano Brasileiro* e a pesquisa tem por objetivo examinar as origens do processo de urbanização e industrialização no Brasil e, a partir de então, analisar a Política Nacional dos resíduos sólidos como resposta da sociedade brasileira diante da crescente geração de resíduos produzidos.

Na sequência o artigo intitulado *O Período da Diplomacia no Ar e a Segurança de Voo no Sistema de Aviação Civil*, de autoria da Profa. Maria Bernadete Miranda aborda um tema desafiador e tem por objetivo, examinar a segurança de vôo no sistema da aviação civil, analisando a Convenção de Chicago e o Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional – SGSO, que foi implantado no Brasil, através do Programa Brasileiro de Segurança Operacional - PSO-BR, o qual estabelece como estratégia para a segurança operacional da aviação civil a elaboração e implantação de programas específicos para a ANAC e o COMAER.

Para concluir a série de artigos do corpo docente a Profa. MSc. Maria Bernadete Miranda apresenta *O Ato Constitutivo e o Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada*, aduzindo sobre O Projeto de Lei nº 4.605/2009, apresentado no dia 04 de fevereiro de 2009, de autoria do Deputado Federal Marcos Montes, que culminou na Lei nº 12.441, de julho de 2011 e que alterou a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil brasileiro, prevendo a empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI como nova modalidade de pessoa jurídica.

Em seguida temos os artigos elaborados pelo corpo docente sob a orientação de professores da Fac São Roque.

O primeiro artigo do corpo docente foi elaborado pela aluna Arantcha Agnes Noe sob a orientação da Profa. Priscila Molento Ferreira Zapparolli e do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda com o tema *A Responsabilidade Civil*

e a *Cumulação de Indenização por Dano Estético e Dano Moral*. Teve como meta a cumulação do dano estético e do dano moral e trata da possibilidade de indenização autônoma das verbas pleiteadas. Diz a aluna que a obrigação de reparar o dano causado à integridade física, ao corpo do indivíduo, gera um dano moral e, ao mesmo tempo um dano estético. A pretensão do trabalho foi fazer uma análise acerca do tipo da responsabilidade civil àquele que causa dano moral e dano estético a outrem, como também, estudar as formas de avaliação de danos à imagem, atingindo tanto o emocional do indivíduo, quanto à aparência externa podendo acarretar uma cumulação de indenizações. Por fim, a aluna conclui que o estudo da possibilidade de cumulação do dano estético e do dano moral e suas formas de reparação fazem-se necessários a fim de que se busque uma melhor forma de ressarcimento sem que haja injustiças.

Em seguida a aluna Elenice Pedroso Rodrigues, sob a orientação do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda apresenta o artigo intitulado *O Direito de Indenização da Vítima de Erro Médico na Cirurgia Plástica*, mostrando a visão do legislador e da Doutrina com relação a responsabilidade Civil do Médico e do Médico Cirurgião Plástico, bem como a discussão se a mesma é uma obrigação de meio ou de resultado, baseando-se na diferença entre a cirurgia plástica reparadora e estética.

No terceiro artigo a aluna Greice Kelly de Souza do Nascimento sob a orientação do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda apresenta *Da Impossibilidade do Trabalho Infantil e os Mecanismos Jurídicos de Coibir esta Prática no Brasil*, com o objetivo de chamar a atenção para a gravidade da exploração da mão-de-obra, desenvolvida por crianças e adolescentes. Para realização do conteúdo a ser mostrado, foi feita uma análise, ainda que sucinta, da evolução dos direitos humanos e dos direitos da criança e do adolescente, bem como a importância de se investigar as razões da exploração da mão-de-obra infantil para a implementação de políticas e alternativas no combate ao mesmo por parte do Estado, enquanto tutor dos direitos da infância e da juventude. Diz a aluna que através da pesquisa irá se constatar o fato de que a pobreza e a desigualdade social, alinhada a outros fatores de ordem cultural, social e política, constituem as razões para a existência do trabalho infantil, sendo necessária atuação conjunta dos poderes públicos na adoção de medidas efetivas

na erradicação e impedimento do ingresso de crianças e adolescentes em atividades inadequadas para a sua idade no campo do trabalho.

Na seqüência Karen Lessa orientada pelo Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda aborda *A Efetividade do Processo de Execução Cível através da Penhora “On-line” de Bens Imóveis*, cujo objetivo está em conceituar o processo de execução e sua eficácia através da penhora “on line”, de modo a explorá-la de acordo com a atual legislação, tratando de sua evolução histórica, conceito, espécies e sua aplicabilidade, especialmente sobre penhora de bens imóveis.

O quinto artigo foi elaborado por Nelson José Vernalha sob a orientação do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda, com o tema *Redesignação do Prenome Civil, a Cirurgia de Mudança de Sexo e a Efetividade do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. O trabalho busca entender a aplicação da legislação na redesignação do prenome civil após a mudança de sexo como forma de efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana percorrendo historicamente os direitos fundamentais e de personalidade. Assim como a investigação dos atos de disposição do próprio corpo, a proteção ao nome e a verificação das possibilidades legais, com aspectos éticos e morais relacionados a alteração do sexo através da cirurgia. Diz o aluno que a perspectiva que orienta esta análise é a do discurso jurídico imerso nas relações de saber e poder que envolvem o indivíduo, a sociedade, as práticas emancipatórias e as escolhas políticas.

O aluno Paulo Rua Duri também orientado pelo Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda traz a lume *Compras de Tecnologia através de Pregão Eletrônico*. O objetivo da pesquisa foi refletir sobre a responsabilidade do fornecimento de tecnologias ao Estado, e de como este tem adquirido tais tecnologias, e as conseqüências do processo licitatórios na modalidade Pregão. Diz o aluno que o assunto merece um estudo mais aprofundado e que uma análise mais cuidadosa do tema demonstra que, em diversas situações decorrentes das compras de tecnologias, há possibilidade de falhas no atingimento dos objetivos do Estado ao buscar e adquirir tecnologias e conseqüentemente nos objetivos de prestar o melhor serviço á sociedade e aos cidadãos. Salienta que a forma como são executados hoje tais Pregões em nada se ajustam aos pressupostos de livre concorrência e na busca das melhores

alternativas e condições de aquisição que o processo licitatório constitucional quis alcançar quando formulado, tornando este tipo de aquisição para o objeto Tecnologia, inadequada e injusta, no sentido de desajustado. Por fim, considera que neste contexto, uma alteração legislativa se faz extremamente desejável e necessária para normatizar, especificamente, a compra de tecnologias.

Para concluir a série de artigos do corpo discente a aluna Sarah Evelyn Montez Amandier orientada pelo Prof. Mestre Fernando Silveira Melo Plentz Miranda apresenta o artigo *Aspectos Jurídicos Relevantes e Atuais Referentes a Embriagues ao Volante*. Salieta a aluna que no decorrer do estudo desenvolveu-se uma análise aos princípios constitucionais que possuem grande importância ao direito de trânsito destacando o princípio da legalidade, ampla defesa, devido processo legal e outros. Pode também observar os princípios do direito penal onde abordou a conduta, frente ao delito embriaguez.

Para finalizar este volume 5, de 2014, a Profa. Maria Bernadete Miranda apresenta um ensaio com um tema atual e muito discutido no meio empresarial, qual seja: *A Faturização e os Títulos Virtuais*.

A coletânea apresenta artigos que são os resultados das pesquisas científicas realizadas por professores, alunos e convidados da Fac São Roque, que nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

Profa. MSc. Maria Bernadete Miranda